

...continuação

14. IMOBILIZADO

				31/12/2023
	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - Geração				
Direito de uso arrendamentos		3.228	(573)	2.655
Máquinas e Equipamentos	4,7%	116.546	(28.904)	87.642
Imobilizado em curso				
Imobilizado em curso		88	-	88
Total		119.862	(29.477)	90.385
				31/12/2022
	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - Geração				
Direito de uso arrendamentos	7,4%	3.141	(429)	2.712
Máquinas e Equipamentos	4,7%	116.440	(25.312)	91.128
Imobilizado em curso				
Imobilizado em curso		55	-	55
Total		119.636	(25.741)	93.895

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2022		31/12/2023			
	Valor líquido	Ingressos	Depre- ciações	Desmante- lamento	Atual. Monet.	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Direito de uso arrendamento	2.712	-	(143)	-	87	2.655
Máquinas e Equipamentos	91.128	-	(3.592)	106	-	87.642
Imobilizado em curso						
Imobilizado em curso	56	32	-	-	-	88
Total	93.895	32	(3.735)	106	87	90.385

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado o valor residual de R\$5.465 para o cálculo de depreciação, referente às sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque. A Companhia efetuou a análise de existência de indicadores ("triggers") de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. Em decorrência da ausência de tais indicadores, a Companhia não realizou o teste de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados.

15. INTANGÍVEL

				31/12/2023
	%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Direito de autorização - Licenças ambientais	3,34%	2	(1)	2
Total		2	(1)	2
				31/12/2022
	%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Direito de autorização - Licenças ambientais	3,34	2	-	2
Total		2	-	2

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	31/12/2022		31/12/2023	
	Valor líquido	Ingressos	Amortizações	Valor líquido
Intangível em serviço				
Direito de autorização - Licenças ambientais	2	-	-	2
Total	2	-	-	2

16. FORNECEDORES

				31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Partes relacionadas				151	146
Fornecedores terceiros				611	1.281
Total				762	1.427

O saldo dos fornecedores terceiros correspondem substancialmente a materiais e serviços para manutenção do parque eólico.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

17.1. Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas:

		Circulante	Não circulante				
		2023	2022	2023	2022		
BNDES		5.614	5.558	42.576	47.712		
Encargos de dívida		181	200	-	-		
Custo de transação		-	-	(146)	(182)		
Total		5.795	5.758	42.430	47.530		

O contrato vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Instituição financeira	BNDES
Valor contratado	RS 72.670
Data da contratação	30/12/2014
Valor liberado	RS 72.670
Vigência do contrato	30/12/2014 a 15/07/2032
Custo da dívida	TJLP e 2,25% a.a. fixo
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

17.2. Mutação dos empréstimos, financiamentos encargos de dívidas:

		Circulante	Não circulante				
		31/12/2022	31/12/2023	Custos de transação	182	Total	47.530
Saldo em 31/12/2022		5.559	5.758	47.712			
Pagamento de juros		(4.114)	(4.114)				
Juros provisionados		4.095	4.095	511		511	
Transferências		5.647	5.647	(5.647)		(5.647)	
Pagamento principal		(5.591)	(5.591)				
Amortização		-	-	-	36	36	
Saldo em 31/12/2023		5.614	5.795	42.576	(146)	42.430	

17.3. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos):

		Entre 1 ano	Entre 2 anos	Entre 3 anos	Entre 4 anos	Entre 5 anos	Entre 6 e 10 anos
Em 1 ano		5.795					
Em 2 anos			4.960				
Em 3 anos				4.960			
Em 4 anos					4.960		
Em 5 anos						4.960	
Entre 6 e 10 anos							22.735
Total							48.371

Garantias contratuais: Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). Obrigações contratuais: A Companhia, tem, ainda, determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais passaram a ser exigidas somente após o início das operações, que aconteceu a partir de 2016 (nota explicativa nº 1.1). Abaixo detalhamos essas obrigações: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado o saldo integral mínimo de O&M equivalente a 25% do valor anual a ser pago no ano subsequente; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mínimo do serviço da dívida, incluindo o principal e juros; • Manter anualmente uma geração mínima líquida de 115,37 MWh; • Manter anualmente um índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,30. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que essas obrigações sejam atendidas. A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores deveriam ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2023.

18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

				31/12/2023	31/12/2022
Dismantelamento				934	737
Total				934	737

A movimentação da desmobilização no exercício é a seguinte:

		Provisão					
Saldo em 31/12/2022				737			
Diminuição por revisão				106			
Ajuste a valor presente				91			
Saldo em 31/12/2023				934			

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Essas provisões são constituídas desde à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Baixa do Feijão IV está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico Baixa do Feijão IV. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2023, registrou em seu balanço um aumento de R\$106. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

				31/12/2023	31/12/2022		
				Não	Não		
				Circulante	Circulante		
Credores - concessionárias (a)		12.850	7.695	20.544	6.319	7.694	14.013
Provisão para arrendamentos (b)		148	2.854	3.002	29	2.951	2.980
Outras		-	-	-	26	-	26
Total		12.998	10.549	23.546	6.374	10.645	17.019

Credores - concessionárias: O saldo de R\$ 20.544 (R\$ 14.013 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de Credores - concessionárias, no passivo, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletrobrás (Nota explicativa nº8), atualizado pelo IGP-M. Esse contrato tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sob garantia fixa pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em fretas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrianeais comparando a geração versus o montante contratado. O aumento no saldo se deu pela menor geração de energia na apuração quadrianeal. b) Provisão para arrendamentos: A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho.

Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Se denominamos esta Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é o alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

Terrenos

2.980

413

(391)

3.002

Saldo em 31/12/2022

23.103.113

51%

23.103.113

51%

22.197.109

49%

22.197.109

49%

45.300.222

100%

45.300.222

100%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalmente integralizado é de R\$ 44.433. O Capital social é composto de 45.300.222 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 51% da EDP Renováveis Brasil. A composição acionária fica da seguinte forma:

				31/12/2023	31/12/2022
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%	
Acionistas					
EDP Renováveis Brasil S.A.	23.103.113	51%	23.103.113	51%	
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	22.197.109	49%	22.197.109	49%	
Total	45.300.222	100%	45.300.222	100%	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 20.2. Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo no exercício impedindo de distribuir dividendos. 20.3. Reservas de Lucros - Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo não destinando valor a reserva legal. 20.4. Reserva de lucros - retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de lucros foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo não destinando valor a reserva de retenção de lucro.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

				31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta					
Suprimento de energia elétrica				22.144	20.842
Ajuste financeiro (a)				(6.530)	(5.837)
Energia comercializada no mercado de curto prazo				807	188
Outras receitas operacionais				14	76
Total				16.445	15.269
Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(601)	(557)
Total				15.844	14.712

MWh comercializado

(a) A rubrica de ajuste financeiro refere-se ao registro entre a diferença da energia garantida em contrato para a energia efetivamente gerada. Devido à menor quantidade de vento no ano, tivemos uma diminuição na quantidade de energia gerada pelo parque eólico e o registro devedor do ajuste financeiro.

22. DESPESAS OPERACIONAIS

22.1. Gastos operacionais:

				31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço					
Não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica				(2.554)	(2.345)
Energia elétrica comprada para revenda				(1.059)	(205)
Total				(3.613)	(2.550)
Gerenciáveis					
Serviços de terceiros e materiais				(4.384)	(5.538)
Compartilhamento de serviços				(625)	
Depreciação e amortização				(3.735)	(3.677)
Aluguéis e arrendamentos				(21)	75
Seguros				(103)	(103)
Despesas tributárias				(57)	(27)
Outras custos				(45)	-
Total				(9.970)	(9.276)

22.2. Despesas operacionais:

				31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros e materiais				(74)	(112)
Doações				(18)	(22)
Outras				219	(27)
Total				127	(161)

23. RESULTADO FINANCEIRO

				31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras				3.196	2.283
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis				-	1
Juros recebidos				-	-
Total				3.199	2.284
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas				(4.095)	(4.498)
Comissões sobre financiamento				(547)	(446)
Ajuste a valor presente				(91)	(103)
Atualização financeira arrendamento				(242)	(336)
Outras despesas financeiras				(2.058)	
Despesas com garantias bancárias				(92)	(118)
Total				(7.228)	(5.503)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

				31/12/2023	31/12/2022
IRPJ				16.465	15.269
IRPJ				8%	8%
CSLL				1.317	1.222
CSLL				12%	12%
Total				3.199	2.284
Base de cálculo				4.516	3.506
Alíquota vigente				25%	25%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda decorrente do ajuste de impostos de renda decorrente do adicional do IRT				(1.128)	(876)
Ajuste decorrente do adicional do IRT				24	23
Imposto corrente				(1.105)	(853)
Alíquota efetiva				7,07%	4,86%

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração assegura liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais das operações com base nos dados de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também se as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros: As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº5, m.3.

		Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	2.842	4.982		
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	2.672	2.410		
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 1	24.270	19.785		
Adiantamentos a fornecedores	12	Custo amortizado	Nível 1	111	109		
Outros créditos	13	Custo amortizado	Nível 1	54	75		
Despesas antecipadas	13	Custo amortizado	Nível 1	45	40		
Não circulante							
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	6	5		
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	3.147	3.232		
Total				33.139	30.603		
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	762	1.427		
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 1	5.795	200		
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	-	5.559		
Outras contas a pagar	19	Custo amortizado	Nível 2	12.997	6.374		
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	-	-		
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	42.430	47.530		
Provisões	19	Custo amortizado	Nível 2	79	99		
Outras contas a pagar	19	Custo amortizado	Nível 2	10.549	10.645		
Total				73.466	72.472		

25.2. Mensuração: Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O empréstimo e financiamento do BNDES não foi marcado a mercado por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado).

		Valor Contábil	Valor justo				
Mensurados ao custo							
Moeda nacional							
Instituição financeira							
BNDES Nível 2		48.224	48.224				
Total		48.224	48.224				

25.3. Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de

riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 17, têm como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha risco de mercado associado à TJLP e ao CDI. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a essas indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definido por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e, logo, a impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, sob o cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 1